



UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA, HIGIENE E SAUDE NO TRABALHO,
POR UM PERÍODO DE 12 MESES, EVENTUALMENTE RENOVAVEL ATÉ AO LIMITE LEGAL DE
36 MESES**

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

CADERNO DE ENCARGOS
PROCEDIMENTO CONCURSAL POR CONSULTA PRÉVIA
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré - contratual que tem por objeto principal a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, EVENTUALMENTE RENOVAVEL ATÉ AO LIMITE LEGAL DE 36 MESES, com as seguintes Especificações Técnicas:

1 - Objeto do Contrato: serviços na área de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, nomeadamente:

i) Serviço de Segurança e Higiene no Trabalho: (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho):

- . Visitas às instalações do Município de Reguengos de Monsaraz para a avaliação das condições gerais de trabalho e suas potenciais implicações na segurança e saúde dos trabalhadores;
- . Avaliação e análise estatística dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- . Identificação e avaliação dos riscos profissionais e situações de não-conformidade, propondo e recomendando as respetivas medidas de prevenção;
- . Propostas e recomendações sobre as medidas de prevenção e proteção a implementar para reduzir ou eliminar as situações de risco e as não-conformidades;
- . Caracterização dos locais de trabalho e análise das medidas de proteção existentes;
- . Informação sobre os riscos e medidas de proteção e de prevenção;
- . Avaliação das necessidades em termos de sinalização de segurança e de sistemas de prevenção de incêndios;
- . Elaboração do relatório anual a enviar às entidades competentes, ISHST e DGS, no primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que respeita;
- . Acompanhamento periódico para controlo dos riscos e medidas de prevenção nos locais de trabalho;
- . As vistorias de segurança serão executadas com uma periodicidade mínima quinzenal;

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

ii) Serviço de Medicina Laboral: (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho).

. Serviço executado em instalações do Município de Reguengos de Monsaraz ou em consultório móvel, onde serão executados todos os exames médicos e clínicos e consultas aos trabalhadores;

. Serviço conjunto de Segurança e Higiene no Trabalho e Medicina Laboral (trabalhadores no quadro da instituição);

. Abertura e atualização do ficheiro clínico individual;

. Exames médicos periódicos, a realizar em instalações do Município de Reguengos de Monsaraz ou em consultório móvel, com uma periodicidade anual para os trabalhadores com idades inferiores a 18 anos e superiores a 50 anos, e de 2 em 2 anos para os restantes trabalhadores, ou outras periodicidades decorrentes da lei.

. Os exames médicos (1) serão executados quinzenalmente, a uma média de 10 trabalhadores;

. A consulta médica será efetuada pelo médico do trabalho, em instalações do Município de Reguengos de Monsaraz ou em consultório móvel, a todos os seus trabalhadores;

. Os exames ocasionais de acordo com a lei, serão efetuados “sempre que haja alterações substanciais nos meios utilizados, no ambiente e na organização do trabalho suscetíveis de repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de acidente ou doença”;

. Os exames de admissão serão realizados, como a Lei refere “antes do início da prestação de trabalho ou, quando a urgência da admissão o justificar, nos 10 dias seguintes”;

. Preenchimento das fichas de aptidão e seu envio de cópia ao responsável dos Recursos Humanos do Município de Reguengos de Monsaraz;

. Elaboração do relatório anual, de envio obrigatório às entidades competentes, ISHST e DGS até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que respeita;

Obs: (1) Indicar a listagem de exames complementares de diagnósticos propostos.

iii) Serviços Adicionais

- Serviços de apoio médico:

Este serviço pretende reforçar o serviço de prevenção de saúde e responder a algumas solicitações de urgência a alguns casos particulares dos funcionários do Município de Reguengos de Monsaraz;

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

O médico estará 2 (duas) vezes por mês em instalações do Município de Reguengos de Monsaraz ou em consultório móvel para executar:

- 1) Consultas de medicina geral de carácter urgente;
- 2) Acompanhamento de doenças profissionais;
- 3) Renovação de receitas para medicamentos ou tratamentos.

- Serviços de enfermagem:

. Presença de 1 (um) (a) enfermeiro(a) durante os períodos em que executem os exames de medicina laboral em instalações do Município de Reguengos de Monsaraz ou em consultório móvel;

. A empresa adjudicatária fornecerá todos os materiais básicos necessários para um bom e permanente atendimento, a todos os funcionários que recorram a este serviço;

. Serão executados pequenos curativos, limpeza de feridas, injeções e vacinação, e outros serviços de apoio;

. Controlo de diabetes e hipertensão arterial;

. A empresa adjudicatária controlará regularmente os trabalhadores que apresentem hipertensão arterial e diabetes (com possibilidade de execução, no momento, da análise do nível da glicemia para estes doentes, sem encargos para o Município de Reguengos de Monsaraz, durante o serviço de saúde).

. Serviço de controlo de alcoolémia;

. A empresa adjudicatária efetuará, por regra, o controlo, semanal ou quinzenal, do nível de alcoolémia de cinco ou dez trabalhadores municipais, escolhidos de forma aleatória (sorteio).

O controlo será efetuado num único dia da semana, não fixo, que será acordado entre o Município e o adjudicatário.

A empresa adjudicatária afetarà ao serviço de controlo de alcoolémia um técnico para a realização dos testes e uma viatura para sua deslocação, caso se mostre necessário.

O controlo de alcoolémia será efetuado no local em que o trabalhador sorteado se encontrar a desempenhar as suas funções.

O alcoolímetro, devidamente homologado e calibrado, bem como as boquilhas, serão fornecidos pela empresa adjudicatária.

Excecionalmente, poderá ser solicitada a realização de controlos de alcoolémia sempre que trabalhadores apresente sinais evidentes de embriaguez.

O número de trabalhadores do Município, em 31 de Dezembro de 2018 é o seguinte:

- Pessoal com contrato a tempo indeterminado ou a termo certo - 298 trabalhadores.

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

Cláusula 2.^a

Local de execução

A execução decorre em todos os edifícios dos serviços do Município de Reguengos de Monsaraz.

Cláusula 3.^a

Prazo de execução

1 – O prazo de execução é de 12 meses, eventualmente renovável até ao limite legal de 36 meses.

2 – O contrato mantém-se em vigor até à ao final da prestação dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.^a

Gestor do contrato

1 - A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2 - A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

**Subsecção I
Disposições gerais**

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação de efetuar os fornecimentos identificados na sua proposta.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1 – O adjudicatário obriga-se a fornecer ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina a celebração de um contrato de prestação de serviços.

**Subsecção II
Dever de sigilo**

Cláusula 8.^a

Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Reguengos de Monsaraz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Secção II
Obrigações do Município de Reguengos de Monsaraz**

Cláusula 9.^a

Preço contratual

1 – Pelo fornecimento dos bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Reguengos de Monsaraz deve pagar ao fornecedor o valor máximo de €5.840,00 (cinco mil, oitocentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s), no prazo de 60 (sessenta) dias, após a receção pelo Município de Reguengos de Monsaraz da respetiva fatura.
- 2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida 30 (trinta) dias após a prestação de serviços.
- 3 – Em caso de discordância por parte do Município de Reguengos de Monsaraz, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária

**Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução**

**Cláusula 11.ª
Penalidades contratuais**

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento das datas da prestação de serviços.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor da adjudicação.
- 3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objecto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Reguengos de Monsaraz tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 – O Município de Reguengos de Monsaraz pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Reguengos de Monsaraz exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 12.ª
Força maior**

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Reguengos de Monsaraz pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na execução do serviço.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Reguengos de Monsaraz.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Reguengos de Monsaraz, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

**Capítulo IV
Caução e seguros**

Cláusula 15.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

**Capítulo V
Resolução de litígios**

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Reguengos de Monsaraz, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Capítulo VI
Disposições finais**

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

**Cláusula 20.^a
Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Reguengos de Monsaraz, 28 de janeiro de 2019

José Gabriel Paixão Calixto



Presidente da Câmara Municipal